

Mailson teme hiperinflação com anistia

AGÊNCIA ESTADO

O ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, disse ontem à noite, em cadeia nacional de rádio e televisão, que se a anistia da correção monetária sobre os débitos dos micros e pequenos empresários e agricultores for aprovada pela Constituinte, o governo terá as seguintes opções: aumentar impostos, a dívida do governo, emitir moeda ou criar empréstimos compulsórios mediante custos que atinjam "cifras astronômicas". Segundo o ministro, se adotada, a decisão poderá reverter todo o esforço do governo no sentido de impedir a hiperinflação e controlar o déficit público. "A maior vítima da medida será a classe trabalhadora, que é quem mais paga pela inflação."

Mailson prometeu uma solução para os micros e pequenos agricultores e empresários, ressaltando que o governo não irá abandonar os honestos e corretos, "que não estão conseguindo pagar suas dívidas por incapacidade econômica". Esta solução, contudo, terá de ser compatível com as possibilidades do Tesouro Nacional, explicou.

"O governo assegura que esses produtores não ficarão ao desamparo. Nós vamos encontrar uma solução para eles. Mas é preciso alertar que a concessão generalizada desses benefícios representa um ônus gigantesco à sociedade como um todo. A aprovação dessas propostas representará uma derrota dos contribuintes e dos trabalhadores, porque o governo não gera recursos, ele tira de um lado e gasta no outro."

Perdoar a dívida dos pequenos, ou mesmo da correção monetária, para Mailson significa uma perda de recursos do setor público para a sociedade, pois 80% destes débitos são contraídos com os bancos oficiais (federais e estaduais). A medida, uma vez aprovada, implicaria um agravamento do déficit públi-

co, trazendo riscos à ordem econômica e social.

Equívoco

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), autor da emenda original — juntamente com os deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (PMDB-MG) — da proposta que prevê o perdão da dívida, disse ontem que Mailson "cometeu um grande equívoco, aliás, como vem cometendo".

Segundo Lavor, agora Mailson não diz mais que a emenda vai custar US\$ 10 bilhões "porque esse número é fantástico: já sabe que vai custar US\$ 1 bilhão apenas, e que não vai sair do bolso do contribuinte como ele disse, mas de uma reserva que já está legalmente constituída".

O Prejuízo

Se a anistia aos microempresários for aprovada hoje pela Constituinte, o prejuízo será de Cz\$ 1 trilhão, segundo o Banco Central e o Ministério da Fazenda, com base em informações da rede bancária oficial e privada — há dias, o ministro Mailson da Nóbrega anunciou que esse montante era de US\$ 9,6 bilhões, o que equivaleria hoje a Cz\$ 1,7 trilhão. Do total de Cz\$ 1 trilhão, 80% corresponde a empréstimos concedidos pela rede oficial. Só o Banco do Brasil teria emprestado 70%. Portanto, o rombo de caixa do Tesouro seria de aproximadamente Cz\$ 700 bilhões, segundo os dados oficiais, pois as operações de crédito do banco foram feitas em nome do Tesouro. Os bancos estaduais teriam um prejuízo inferior a 10% do total.

O texto final da fusão das emendas Mansueto de Lavor, Ziza Valadares e Humberto Souto prejudicará também as cooperativas de crédito.



Ulysses recebe Mansueto (E), Valadares e Souto (C) para discutir o perdão das dívidas

Constituinte deve decidir hoje

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A proposta de anistia da correção monetária para os micro e pequenas empresas e pequenos e médios produtores rurais deverá ser votada hoje pela Constituinte. O presidente Ulysses Guimarães disse que só vai transferir a decisão para depois do exame das Disposições Transitórias se todos os líderes estiverem de acordo, mas o PDT já antecipou que não aceita entendimento nesse sentido.

Também os autores da fusão de emendas sobre o assunto, o senador Mansueto de Lavor e os deputados Ziza Valadares e Humberto Souto, desejam votar logo a proposta. Ela determina que não haverá correção monetária sobre os débitos, ainda que ajuizados, decorrentes de empréstimos concedidos no período de 28 de fevereiro de 1986 a 31 de dezembro do ano passado. As dívidas deverão ser liquidadas até 180 dias após a promulgação da nova Constituição.

O líder governista Carlos Sant'Anna e os líderes do PMDB conti-

nuam examinando soluções alternativas. Uma delas foi apresentada pelo deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), perdendo apenas 50% da correção monetária desde que os empréstimos tenham sido efetivamente aplicados nas atividades da empresa. Carlos Sant'Anna considera a iniciativa "exequível".

ALTERNATIVAS

O governo, segundo o deputado, aceita discutir a anistia até o valor total de cem milhões de OTNs, com a condição de que os empréstimos tenham sido adequadamente aplicados e possa ser comprovada a incapacidade de pagamento do devedor. Caso seja aprovada a fusão de emendas, o Palácio do Planalto calcula em mais de Cz\$ 750 bilhões a dispensa da correção monetária dos empréstimos feitos entre 28 de fevereiro de 86 e 31 de dezembro de 87 pelas micros, pequenas e médias empresas. Esse valor representa a anistia da correção até o dia 30 deste mês de empréstimos não pagos ou não renegociados. A informação foi transmitida pelo ministro Mailson da Nóbrega aos líderes gover-

nistas que ontem discutiram o assunto com o presidente Sarney.

Como os autores da fusão de emenda não abrem mão de votá-la imediatamente, dificilmente o governo se antecipará à decisão com uma solução alternativa. Segundo o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, isso só aconteceria se houvesse acordo entre os partidos para não votar a fusão. Nesse caso, poderia ser enviado ao Congresso um decreto-lei ou um projeto para tramitar em regime de urgência, ou então negociada outra fusão.

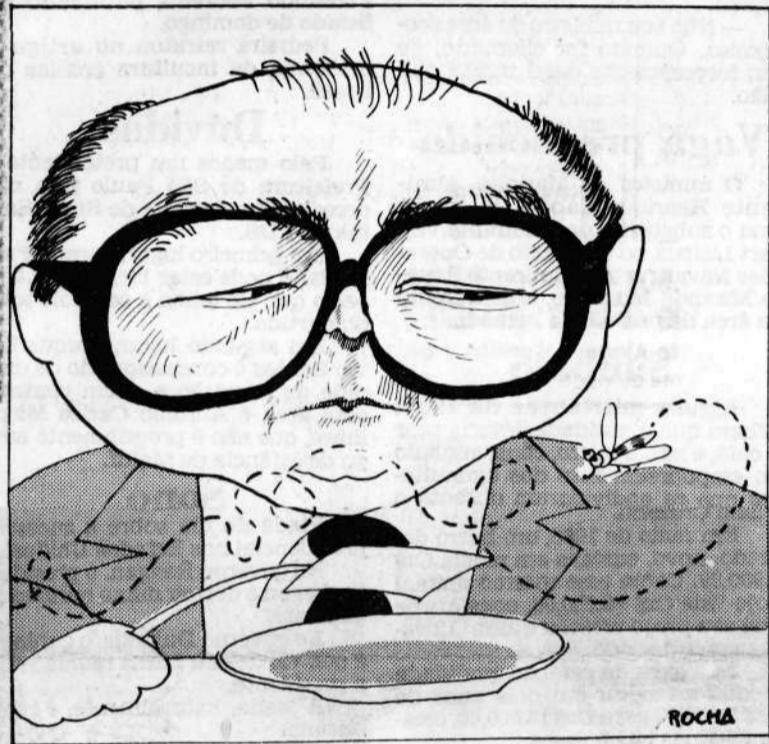
O deputado Inocêncio de Oliveira, do PFL, adiantou que votará a favor da fusão se o governo não adotar outra solução. "Entre deixar quebrar pequenas empresas e prejudicar os banqueiros, com seus lucros fabulosos, prefiro a primeira alternativa", disse ele. Já Carlos Sant'Anna não perdeu a esperança com relação a uma solução negociada e vai tentar hoje adiar a votação, usando argumentos políticos.

MANOBRAS

Carlos Sant'Anna alegará que a fusão acrescenta artigo novo e, por

isso, só pode ser apreciada no final das Disposições Transitórias. Dirá também que o governo precisa de tempo para resolver o problema. Mas como o PDT se mantém irreductível, tudo indica que a proposta será votada ainda hoje. O texto da fusão já se encontra na Mesa Diretora da Constituinte, mas nada impede que, até o momento da votação, seja alterado.

Na audiência semanal concedida pelo presidente Sarney aos líderes governistas, a questão da anistia foi discutida em detalhes. Além da informação do ministro Mailson da Nóbrega sobre o impacto da medida no setor econômico, foi analisada a posição dos partidos de esquerda, contrários à aplicação de recursos do Tesouro para indenizar os bancos particulares pelo perdão da correção monetária. Também ontem, o deputado Humberto Souto, um dos autores da fusão, comunicou ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que não aceitará o adiamento da decisão sobre a proposta. Ulysses disse novamente que qualquer iniciativa só será tomada se houver consenso de todas as lideranças partidárias.



Governo não sabe o que fazer

JOSÉ NÊUMANE PINTO

O governo está absolutamente confuso e indeciso a respeito das medidas que pode tomar para evitar que a Constituinte vote hoje o perdão às dívidas das micros e pequenas empresas e dos agricultores que acreditaram no Plano Cruzado. Após duas reuniões com seu Conselho Político — uma pela manhã e outra à noite — no Palácio do Planalto, o presidente José Sarney não conseguiu definir uma estratégia para a votação nem sabe ainda que plano apresentar para tentar tornar inócua a ação da Constituinte.

À noite, na segunda reunião, foram levados ao Planalto, além dos líderes fiéis ao governo (Marcondes Gadelha e José Lourenço), do PFL, Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi, presidentes de três partidos — Ulysses Guimarães, do

PMDB, Aureliano Chaves, do PFL, e Jarbas Passarinho, do PDS. A esperança do Planalto era convencer o presidente da Constituinte a aceitar a questão de ordem do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que pretende adiar a votação para o fim das disposições transitórias. Ulysses, contudo, habilmente, preferiu não se definir, dizendo que fará tudo o que for decidido pelas lideranças partidárias. Carlos Sant'Anna informou, durante a reunião, que o único líder avesso à idéia da transferência da votação é o do PDT, Brandão Monteiro, que ainda pode ser convencido do contrário pelo deputado fluminense Luiz Salomão.

Na reunião, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, calculou que a emenda deverá receber cerca de 400 votos a favor, mas outro líder, o do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, considera a hipótese exagerada. Segundo ele,

"votarão contra a emenda todos os partidos de esquerda, além do MUP do PMDB. A favor votarão o Centrão e outros parlamentares ligados ao governo". Segundo Gadelha, os autores da emenda, Mansueto de Lavor, Ziza Valadares e Humberto Souto, combaterão firmemente a idéia de adiamento da votação, porque acreditam que a campanha de desmoralização pela grande imprensa, chamando a decisão de "calote", pode comprometer o favoritismo até agora inquestionável da anistia às microempresas.

Os líderes fiéis à orientação do Planalto esperavam discutir, à noite, algum texto já pronto que contivesse uma proposta do governo para superar o impasse provocado pela anunciada votação do perdão às dívidas. A indecisão do Planalto somada aos devizes a certeza de que dificilmente a anistia não será dada.

Exército quer limitar a pensão a ex-combatentes

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Quem sofreu mais, o pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) enviado aos campos de batalha da Itália, durante a 2ª Guerra Mundial, ou o ex-combatente que manteve a guarda do litoral e das ilhas oceânicas do Brasil na mesma época? E qual operação exigiu mais sacrifícios do militar brasileiro: a intervenção em São Domingos, em 1965, a manutenção da linha de paz entre Egito e Israel, de 1956 a 1967, ou a tomada de Monte Castelo, em 1945?

Essas são algumas das questões que os constituintes terão de analisar quando estiverem votando, talvez hoje ou amanhã, o Artigo 19 do texto do Centrão para as Disposições Transitórias, segundo o qual todos os ex-combatentes — cerca de 119 mil — receberão pensão de segundo-tenente, aproximadamente Cz\$ 61 mil.

Ao contrário do que ocorreu na questão da anistia, a proposta do Centrão está sofrendo oposição de setores militares. Assessores parlamentares do Exército estão fazendo seu lobby a favor da emenda do deputado Levy Dias (PFL-MS), que limita a concessão de pensão de segundo tenente apenas para quem participou das operações na Itália. Nesse caso, seriam beneficiados pouco mais de 23 mil soldados e oficiais, enquanto os quase 90 mil combatentes do litoral brasileiro e das ilhas continuariam recebendo pensão de dois salários mínimos.

TURMA DA PRAIA

O ex-combatente Antônio Evandro de Carvalho e Silva, que juntamente com mais cinco mil homens foi mandado para guardar a ilha de Fernando de Noronha, a partir de 1942, afirma que a equiparação com os febianos não é um privilégio, mas "um reconhecimento me-

ritório" pelos riscos e sofrimentos passados há 46 anos. Ele não se conforma em ser chamado de integrante da "turma da praia", como assessores do Exército apelidaram os que serviram no litoral e nas ilhas oceânicas.

Outros lobistas a favor da emenda do Centrão são os três mil soldados enviados para São Domingos, em 1965, como integrantes da força interamericana de paz da OEA, e outros quase quatro mil, membros do chamado Batalhão Suez, convocados pela ONU para guardar a zona de paz entre o Egito e Israel.

Assessores do Exército se contrapõem às queixas dos ex-combatentes. Para eles, a equiparação seria uma injustiça aos pracinhas da FEB, que perderam mais de 400 companheiros na Itália, enquanto o Batalhão Suez não teve mais que seis baixas e nenhuma delas em combate.

Marajá pode perder privilégios

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte deverá, esta semana, confirmar os privilégios estabelecidos no projeto do Centrão para os ex-combatentes, mas fixará limites para a remuneração dos marajás do serviço público, deles retirando expressamente o direito adquirido, se seu salário ultrapassar o valor máximo previsto na parte permanente da Constituição. Esses termos constam dos acordos já acertados pelas lideranças partidárias, os quais, até o final da tarde de ontem, chegavam ao artigo 31 do substitutivo do Centrão (num total de 72).

Para quase todos esses artigos já estavam redigidas fusões de emendas, de forma a permitir rápida votação em plenário. Ontem, como se previa, não houve número para deliberações (227 constituintes responderam à chamada eletrônica, quando o quórum mínimo é de 280). A partir de hoje, porém, as votações deverão ocorrer em ritmo acelerado.

Não há fusão em relação aos ex-combatentes e, embora a emenda do deputado Levy Dias (PFL-MS), apoiada pelos militares, restrinja os benefícios, deve ser aprovado o texto do Centrão, que lhes concede, principalmente, os seguintes privi-

légios: pensão integral correspondente aos proventos de segundo-tenente das Forças Armadas, ingresso no serviço público sem concurso e preferência para aquisição de casa própria. Os ex-combatentes são tanto civis como militares "que tenham participado efetivamente em operações bélicas na Força Expedicionária Brasileira, na Marinha de Guerra, na Força Aérea Brasileira, na Marinha Mercante ou em forças do Exército".

COMBATE AOS "MARAJÁS"

Os acordos mantêm o limite de gastos com pessoal no serviço público (União, estados e municípios), na base de 65% do valor das respectivas receitas correntes. Até que seja aprovada lei sobre essa matéria, devendo o percentual excedente ser reduzido à razão de um quinto por ano. Os vencimentos, remuneração, vantagens e adicionais, inclusive proventos de aposentadoria, dos chamados "marajás" terão de ser imediatamente reduzidos aos limites fixados na parte permanente da futura Constituição para os servidores públicos. Esses limites são: no poder Executivo, a remuneração de ministro de Estado; no poder Legislativo, a remuneração de deputado ou senador; no poder Judiciário, a

remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal. Nos estados e municípios, a remuneração será a das autoridades equivalentes às do âmbito federal.

De acordo com o que havia sido acertado entre as lideranças partidárias quando foi votado o artigo sobre a garantia de emprego, a indenização ali prevista, enquanto não for aprovada lei regulando a matéria, será equivalente a quatro vezes o que dispõe a lei do FGTS, ou seja, 40% dos depósitos desse fundo. Mas há mais duas novidades: até ser aprovada aquela regulamentação, fica assegurada estabilidade ao empregado eleito para cargo de direção de comissões internas de prevenção de acidentes, desde o registro da candidatura até um ano após o final do mandato, bem como à empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Os contratos de risco para exploração de petróleo que atualmente estão em vigor ficarão ressalvados da proibição estabelecida no texto permanente da futura Constituição. Também ficou acertado que serão reduzidos de 70% para 50% os recursos para irrigação que obrigatoriamente são destinados ao Nordeste.